

30/março/2023

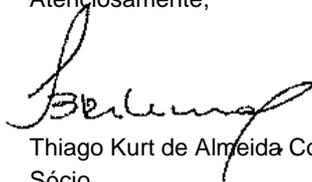
Ao: BanQi Instituição de Pagamento Ltda.
À atenção dos Sócios e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 233FF-050-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas., as demonstrações financeiras do BanQi Instituição de Pagamento Ltda, para os semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Sócio

BanQi Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



Relatório da Administração

O banQi Instituição de Pagamentos Ltda. (“Instituição” ou “banQi”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em atendimento à circular no 3.833/2017 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Corporativo:

O banQi foi criado em 2019 e adquirido pela Via em 2020, fortalecendo ainda mais seu propósito de oferecer serviços financeiros e produtos de crédito acessíveis e eficientes à população brasileira. Uma iniciativa que nasceu do varejo, dentro das Casas Bahia – uma das maiores redes do país, com mais de 1.000 lojas espalhadas por todas as regiões do Brasil, e que se propõe a ser uma completa plataforma de serviços financeiros com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes.

Focado em democratizar as soluções financeiras, dentro e fora do ecossistema da Via, e garantir mais autonomia e possibilidades para os brasileiros, o banQi atingiu 1,4MM de contas abertas e R\$ 206MM de TPV já em 2020. Neste ano, marcado pelo início da pandemia de COVID-19, o banQi foi uma importante solução gratuita para realização de transações e pagamentos por meio da sua conta digital e garantiu a possibilidade dos clientes Via de acompanhar e quitar as parcelas dos Carnês Casas Bahia durante o período em que as lojas estavam fechadas. Desde então, com estratégia focada na oferta assertiva de crédito, suporte ao consumo, engajamento dos clientes com produtos de recorrência e rentabilidade, alcançou 6,5 MM de contas abertas e R\$ 5,6 bilhões de TPV em dezembro de 2022.

Atualmente, tem no seu portfólio de produtos uma conta digital completa (com Pix, depósito, saque, transferência, pagamento de boletos e pagamento e recebimento com QR Code), o Empréstimo Pessoal, realizado junto a parceiro, a gestão e pagamento das parcelas do Carnê Casas Bahia, o Shopping banQi (Markteplace da Casas Bahia dentro do app, com 3% de cashback em todas as compras), o Cartão de Crédito Pré-pago, além de serviços práticos do dia a dia, como recarga de celular, recarga de bilhete único SPTrans, giftcards e uma solução de pagamento à vista nas lojas Casas Bahia (banQi como Moeda).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as receitas de intermediação financeira do BanQi totalizaram o montante de R\$ 99.866 milhões substancialmente com um aumento de R\$75.820 milhões comparado ao valor de R\$24.046 milhões do exercício de 2021, esse crescimento sucedeu devido maior volume transacional e valorização das cotas do Fundo de direito creditórios.

(i) As despesas operacionais somaram R\$26.819 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$ 18.067 milhões comparado ao valor de R\$8.751 milhões no período de 2021, principalmente relacionadas as tarifas com operação de pix e concessão de cashback.

(ii) As outras despesas e receitas operacionais totalizaram R\$228.645 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$85.138 milhões comparado ao valor de R\$143.507 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$222.799 milhões, apresentou crescimento de R\$118.514 milhões comparado a R\$104.294 milhões em 31 de dezembro de 2021, o aumento está relacionado principalmente ao adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela sua controladora, Lake Niassa.

A instituição permanece investindo fortemente em novas funcionalidades dentro do app e no desenvolvimento de novos produtos, visando a melhor experiência do cliente, fonte disso é o aumento das nossas notas de avaliação do app e o crescimento das transações dos produtos ofertados. Ao longo de 2022 houve o aumento de R\$ 26,5 milhões em investimento, o banQi conta com um time de tecnologia engajada que acompanha e atua em todos os movimentos com base nos OKR's táticos e estratégicos da companhia.



A instituição permanece investindo fortemente em novas funcionalidades dentro do app e no desenvolvimento de novos produtos, visando a melhor experiência do cliente, fonte disso é o aumento das nossas notas de avaliação do app e o crescimento das transações dos produtos ofertados. Ao longo de 2022 houve o aumento de R\$ 26,5 milhões em investimento, o BanQi conta com um time de tecnologia engajada que acompanha e atua em todos os movimentos com base nos OKR's táticos e estratégicos da companhia.

São Paulo, 30 de março de 2023

Andre Luiz Calabro
Diretor Presidente

Fernando Mattar Lopes
Diretor

Flavio Xavier Ferreira
Diretor

Regina Kiyomi Murakoshi
Diretora

Vital Flores Leite
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Sócios e Administradores do
BanQi Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BanQi Instituição de Pagamento Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reapresentação das demonstrações financeiras

(Conforme Nota Explicativa nº 3.1 - Reapresentação das demonstrações financeiras de 2021)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

Os valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021 para as rubricas do Intangível e do Crédito Tributário estão sendo reapresentadas em conformidade com os requisitos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando retificar inconsistências apontadas em exercício anterior decorrentes do não reconhecimento do crédito tributário apurados em 2019 e 2020 e de desconhecimento de Intangíveis provenientes de desenvolvimento interno e, portanto, refletir os ajustes de contabilização realizados na data-base de 31 de dezembro de 2021. Neste sentido, consideramos a mensuração, avaliação e divulgação dos ajustes efetuados como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: (i) o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; (ii) validação da completude e integridade dos ajustes efetuados; (iii) avaliação das premissas utilizadas pela Administração para mensuração dos ajustes efetuados; (iv) recálculo dos ajustes efetuados; (v) avaliação da competência dos ajustes efetuados; e (vi) análise da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e avaliação dos ajustes efetuados na reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baixa de valores a receber – partes relacionadas

(Conforme Nota Explicativa nº 8 - valores a receber – partes relacionadas)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

Em junho de 2022 o BanQi e a CarrierEQ Inc, parte relacionada sediada nos Estados Unidos, firmaram um termo de remissão total de dívida referente a operação de mútuo realizado entre as partes, o qual resultou na baixa para o resultado de operação de mútuo a receber realizado com a CarrierEQ Inc. no montante de R\$ 27.723 mil. Consideramos o reconhecimento, mensuração e avaliação deste como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: (i) análise do contrato de mútuo realizado entre as partes; (ii) análise do termo de remissão firmado entre as partes; (iii) análise da adequação dos registros contábeis de acordo com o contrato de mútuo e termo de remissão de dívida; (iv) validação da completude e integridade dos valores registrados; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e avaliação dos valores a receber de partes relacionadas foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Crédito tributário

(Conforme Nota Explicativa nº 22 – Impostos sobre os lucros)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

Em 31 de dezembro 2022, a Instituição possuía o montante de R\$ 107.943 mil referente ao registro de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas que estimam o crescimento de receitas, decorrente do aumento dos clientes, lançamentos de novos produtos e ganhos de sinergia e eficiência operacional, as quais foram estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: (i) o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e resolução BCB nº 15/2020, que requer a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; (ii) validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Instituição para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

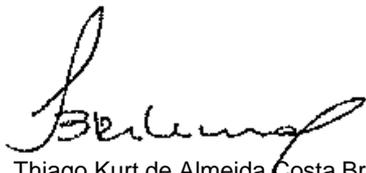
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4



Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Ativo circulante		273.553	192.524
Disponibilidades	5	5.662	81.462
Caixa e equivalentes de caixa		5.662	81.462
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	57.282	33.026
Títulos e Valores Mobiliários	6	182.225	21.042
Contas a receber de clientes	7	5.875	6.610
Relações interfinanceiras	-	4.999	5.257
Valores a receber – partes relacionadas	8	49	27.723
Instrumentos Financeiros		250.430	93.658
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	10.464	1.660
Outros valores e bens		10.464	1.660
Outros créditos	-	6.997	15.744
Outros créditos		6.997	15.744
Ativo não circulante		145.604	74.000
Ativos fiscais diferidos	23	107.943	65.180
Ativos fiscais correntes		3.462	286
Outros créditos		111.405	65.466
Imobilizado de uso		2.409	1.149
(-) Depreciação acumulada		(581)	(159)
Imobilizado de uso	9	1.828	990
Intangível		36.085	9.568
(-) Amortização acumulada		(3.714)	(2.024)
Intangível	10	32.371	7.544
Total do ativo		419.157	266.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Passivo circulante		118.573	83.749
Depósitos	11	50.058	29.329
Relações interfinanceiras - obrigações	12	21.150	27.883
Fornecedores - país	13	35.358	13.072
Fornecedores - exterior	13	982	16
Depósitos e demais instrumentos financeiros		107.548	70.300
Obrigações sociais e trabalhistas	14	7.175	10.768
Impostos e contribuições a pagar	15	3.850	2.681
Outras obrigações		11.025	13.449
Passivo não circulante		77.785	78.491
Fornecedores - país	13	53.638	55.886
Demais instrumentos financeiros		53.638	55.886
Provisão para demandas judiciais	16	155	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	17	14.192	9.378
Outras obrigações		14.347	9.378
Resultado de exercícios futuros		9.800	13.227
Receitas de exercícios futuros		9.800	13.227
Patrimônio líquido		222.799	104.284
Capital social	18	69.870	69.870
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	396.600	166.608
Reserva de capital		1.917	559
Prejuízos acumulados	-	(245.588)	(132.753)
Total do passivo e patrimônio líquido		419.157	266.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º semestre	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Receita de intermediação financeira	19	54.766	99.866	24.046
Rendas com títulos e valores mobiliários		38.687	42.598	1.868
Rendas por serviços de pagamento		16.079	57.268	21.455
Rendas de outros serviços		-	-	723
Despesa de intermediação financeira				
Despesas com operações conta digital	20	(12.750)	(26.819)	(8.751)
Resultado bruto operacional		42.016	73.047	15.295
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesa de pessoal	21	(46.929)	(85.391)	(54.405)
Despesas administrativas	21	(37.346)	(58.199)	(77.472)
Despesas tributárias		(596)	498	(3.523)
Outras despesas operacionais		(28.512)	(57.830)	(8.107)
RESULTADO OPERACIONAL		(71.367)	(127.875)	(128.212)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	8	-	(27.723)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(71.367)	(155.598)	(128.212)
IRPJ e CSLL Diferidos	22	14.163	42.763	65.106
IRPJ e CSLL Correntes				
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		(57.204)	(112.835)	(63.106)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Prejuízo do semestre/exercício	(57.204)	(112.835)	(63.106)
Resultado abrangente do semestre/exercício	-	-	-
Resultado Abrangente Total	(57.204)	(112.835)	(63.106)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Lucros e prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.000	16.178	-	(69.647)	(44.469)
Reserva de títulos patrimoniais (Stock Options)		-	559	-	559
Aumento de capital	60.870	-	-	-	60.870
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	150.430	-	-	150.430
Prejuízo do Período	-	-	-	(63.106)	(63.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	69.870	166.608	559	(132.753)	104.284
Reserva de Títulos Patrimoniais (Stock Options)	-	-	1.358	-	1.358
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	229.992	-	-	229.992
Prejuízo do Período	-	-	-	(112.835)	(112.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.870	396.600	1.917	(245.588)	222.799
Saldos em 30 de junho de 2022 Reapresentado	69.870	287.950	1.083	(188.384)	170.519
Reserva de títulos patrimoniais (Stock Options)	-	-	834	-	834
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	108.650	-	-	108.650
Prejuízo do período	-	-	-	(57.204)	(57.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.870	396.600	1.917	(245.588)	222.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2022	Reapresentado 31/12/2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício:	(57.204)	(112.835)	(63.106)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	(12.293)	(39.137)	(56.041)
IRPJ e CSLL Diferido	(14.163)	(42.763)	(65.106)
Depreciação e amortização	1.075	2.113	1.805
Provisão para demandas judiciais	(39)	155	7.260
Pagamento baseado em ações	834	1.358	-
Aumento/redução dos ativos:	(131.328)	(160.005)	(60.318)
Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras.	(153.589)	(185.439)	(36.230)
Contas a receber	7.344	735	(6.423)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(5.229)	(8.804)	(1.509)
Outros créditos	18.858	8.747	(12.916)
Ativos fiscais correntes	(1.026)	(3.176)	11
Valores a receber - partes relacionadas	3.754	27.674	(335)
Relações interfinanceiras	(1.440)	258	(2.916)
Aumento/redução dos passivos:	28.279	33.962	57.236
Fornecedores - país	15.027	20.038	2.036
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.095	4.814	742
Conta de pagamento pré-paga (depósitos)	13.945	20.729	44.729
Relações interfinanceiras - obrigações	(7.880)	(6.734)	720
Receitas de exercícios futuros	1.258	(3.427)	8.390
Impostos e contribuições a pagar	217	1.168	2.021
Fornecedores - exterior	163	966	-
Provisão para pagamentos a efetuar	(546)	(3.592)	(1.402)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(172.546)	(278.015)	(122.229)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	-	(1.260)	(2.778)
Aplicação no intangível	(9.239)	(26.517)	(7.422)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(9.239)	(27.777)	(10.200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	60.870
Adiantamentos para futuro aumento de capital	108.650	229.992	150.430
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	108.650	229.992	211.300
Aumento /(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(73.135)	(75.800)	78.871
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	78.797	81.462	2.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5.662	5.662	81.462
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(73.135)	(75.800)	78.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O banQi Instituição de Pagamento Ltda. (“banQi” ou “Instituição”) é uma Instituição que oferece conta digital gratuita para todos, promovendo a inclusão de toda a população nos serviços financeiros. O início se deu com a parceria fechada em setembro de 2018, entre a Via e a Airfox, fintech americana de meios de pagamento, fundada pelo brasileiro Victor Santos e pela coreana Sara Choi — dois ex-funcionários do Google na Califórnia. Em maio de 2020, a Via adquiriu 100% do banQi e a proposta de oferecer serviços financeiros acessíveis, eficientes e gratuitos à população brasileira ficou ainda mais forte. No primeiro trimestre de 2020, atingimos 1M de downloads, mais de 300% de crescimento no pagamento de boletos e 117% de aumento em carnês Casas Bahia digitalizados.

Em 01 de setembro de 2021 o banQi obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissora de moeda eletrônica e gerenciando contas de pagamentos pré-pagas. Em decorrência da autorização, passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A Empresa é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na avenida Rebouças n° 3970, Pinheiros, São Paulo – SP.

Em seus arranjos de pagamentos, a Instituição também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamentos por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora.

O plano de negócio do banQi prevê o crescimento no número de usuários registrados, ativos e transacionando, além de aumento no volume transacionado. Usuários engajados e retidos, transacionam mais, gastam mais, cancelam menos e utilizam mais produtos, o que, com o passar dos anos, resultará em geração de lucros. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição.

A Instituição atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do valor justo	4.748/19

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria em 30 de março de 2023.



3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir.

3.1 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2021

Estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas de forma espontânea pela Administração da Instituição em conformidade com os requisitos do CPC 33 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, objetivando registrar créditos tributários dos anos de 2019 e 2020 e a baixa do Intangível em 2021, conforme nota explicativa nº 22 e nº10.

Os erros foram reconhecidos pela reapresentação de cada um dos itens afetados nas demonstrações financeiras, conforme segue:

Impactos no Balanço

	<u>31/12/2021</u> <u>Saldo divulgado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u>
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	41.603	23.577	65.180
Intangível	12.117	<u>(4.573)</u>	7.544
Total dos ajustes em ativos:		19.004	
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(151.757)	<u>19.004</u>	(132.753)
Total dos ajustes em passivos + Patrimônio líquido:		19.004	

Impactos nas Demonstrações de resultado

	<u>31/12/2021</u> <u>Saldo divulgado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			
IRPJ e CSLL Diferidos	41.529	23.577	65.106
Despesas Administrativas	72.899	<u>(4.573)</u>	77.472
Total dos ajustes no diferido:		19.004	
Prejuízo líquido do semestre		<u>19.004</u>	
Total dos ajustes no resultado:	(82.111)	19.004	(63.106)

Impactos nas Demonstrações do Fluxo de Caixa

	<u>31/12/2021</u> <u>Saldo divulgado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Ativos fiscais diferidos	41.529	23.577	65.106
Intangível	11.995	<u>(4.573)</u>	7.422
Total dos ajustes no Fluxo de caixa de atividades operacionais:		19.004	

3.2 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição.



3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

3.5 Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias;

Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez – Refere-se à aplicação de saldos vinculados às contas pré-pagas e saldos vinculados à liquidação financeira – Agenda Mastercard. As operações compromissadas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment – O banQi efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

3.6 Depósitos

Depósitos correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no app banQi e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.7 Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard e BTG relativos às operações de pré-pagas.

3.8 Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelo comissionamento e remuneração dos produtos de marketplace e serviços ofertados através do APP banQi.



3.9 Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

O banQi reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e software desenvolvido internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por perda ao valor recuperável ("*impairment*") pelo menos, uma vez por ano ou quando há evidências de ocorrência de perdas em período menor que um ano.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída, que na média é de 5 anos.

3.12 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; e
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;



- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa; e
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras. Anualmente avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.14 Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.15 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Instituição avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa de futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.



(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizada são julgadas e representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferido está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenários macroeconômicos, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

3.16 Remuneração baseada em ações

O banQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pela Via, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do banQi no capital da Via e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Via.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da banQi podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais da Via ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.17 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.18 Novas normas contábeis aplicáveis

Os novos normativos aplicáveis com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 estão listados a seguir:

Resolução BCB 66/21 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.

Resolução BCB 92/21 - Dispõe sobre a utilização do padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Resolução BCB 120/21 - Dispõe sobre observação no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Além dos CPCs, a resolução traz direcionamento para tratamento de transações em moeda estrangeira, mensuração de ativos e passivos e critérios para escrituração contábil.

Resolução BCB nº 168/21 - Dispõe sobre critérios contábeis na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial e sobre os procedimentos operacionais para a elaboração desses documentos e altera o art. 4º da Resolução 146, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e remessa do relatório do conglomerado prudencial.



Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma estão em avaliação. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 219/22- Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Para o plano de implementação, a Instituição contratou a consultoria especializada, a qual no segundo semestre de 2022 realizou uma análise de Gaaps e construção um roadmap de implementação dessa resolução. Atualmente o plano está em na fase da criação do comitê para definição do plano de negócio da Instituição. O prazo estimado para conclusão é julho 2023.

3.19 Resultado por ação

Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB 2/2020, parágrafo 5º do artigo 5º, a Administração optou por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

3.20 Outros créditos

A Instituição atua como uma instituição de arranjos de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências.

Em seus arranjos a Instituição desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-pagas dos seus usuários finais, ofertando diversos produtos financeiros através do seu app.

3.21 Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos a seguir:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços e repasse de comissões no curso normal das atividades da Instituição.



4. Principais estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Instituição, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Instituição e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis: a Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes. Aplicamos a Instrução Normativa SRF nº 4, no qual está fixada em cinco anos o prazo mínimo admissível para amortização de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logiciais (“software”), utilizados em processamento de dados e em cinco anos o prazo de vida útil admissível para fins de depreciação de computadores e periféricos (“hardware”).

Projeção de lucro fiscal futuro para realização de ativos diferidos

O banQi realiza a revisão da realização do crédito tributário anualmente, no qual, está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

5. Disponibilidades

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Disponibilidades em moeda nacional	5.662	81.462
Total:	5.662	81.462

6. Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria	182.225	21.042
Vinculados a prestação de garantias	57.282	33.026
Total	239.507	54.068

	Sem vencimento	Até 30 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 1 ano	Total
Carteira própria	166.162	-	-	-	16.533	182.225
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	16.063	16.063
FIDC - banQi	166.162	-	-	-	-	166.162
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	56.812	57.282
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	470	470
Operações compromissadas(i)	-	-	-	-	56.812	56.812
Total	166.162	-	-	-	73.345	239.507

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC 28. Não houve reclassificação entre categorias dos títulos.



	Sem vencimento	Até 30 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	Até 1 ano	Total
Carteira própria	981	-	-	-	20.061	21.042
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	20.061	20.061
FIDC - banQi	981	-	-	-	-	981
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	33.025	33.026
Operações compromissadas	-	-	-	-	33.025	33.026
		-	-	-	-	-
Total	981				73.345	54.068

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber (i)	5.875	6.610
Total:	5.875	6.610

		31/12/2022		
banQi	Vencidos	Até 15 dias	Até 30 dias	Até 90 dias
Marketplace	-	-	-	520
Via	-	-	-	5.355
Total (i)	-	-	-	5.875

(i) Comissão do banQi referente a efetivação de transações com parceiros de negócios, através das transações realizadas via app.

		31/12/2021		
banQi	Vencidos	Até 15 dias	Até 30 dias	Até 90 dias
Marketplace	-	-	-	3.715
Via	-	-	-	2.895
Total (i)	-	-	-	6.610

(i) Redução do saldo a receber decorrente da diminuição da cessão da carteira própria que estava na BMP para o FIDC.

8. Valores a receber – partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a Receber – Via varejo (i)	49	-
Valores a Receber – CarrierEQ (ii)	-	27.723
Total:	49	27.723

	31/12/2022				Total
	Até 15 dias	Até 30 dias	Até 90 dias	acima 91 dias	
Partes relacionadas	-	-	-	49	49
Total (i)	-	-	-	49	49

	30/12/2021				Total
	Até 15 dias	Até 30 dias	Até 90 dias	acima 91 dias	
Partes relacionadas	-	-	-	27.723	27.723
Total (ii)	-	-	-	27.723	27.723

(i) Referem-se aos valores a receber decorrente de operações relacionadas com a Via.

(ii) Os saldos a receber com partes relacionadas referem-se a valores emprestados por meio de contratos de mútuos a CarrierEQ, parte relacionada sediada nos Estados Unidos. Em junho de 2022 o banQi e a CarrierEQ firmaram o termo de total remissão de dívida.



9. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
Computadores e periféricos	985	1.260	(420)	1.825
Móveis e utensílios	5	-	(2)	3
Total	990	1.260	(422)	1.828

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a Receita Federal são as seguintes:

<u>Item</u>	<u>Taxa anual de Depreciação</u>
Móveis e utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%

10. Intangível

A Instituição investe em contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes.

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
Proj. des. Intern.- Concluídos	5 anos	7.060	20.658	(6.248)	(1.602)	19.868
Proj. des. Intern.- Andamento		347	16.927	(4.771)	-	12.503
Software		137	-	(48)	(89)	0
Total		7.544	37.585	(11.067)	(1.691)	32.371

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
Proj. des. Intern.- Concluídos	5 anos	-	9.051		(1.991)	7.060
Proj. des. Intern.- Andamento		-	347	-	-	347
Software		122	48		(33)	137
Total		122	9.446	0	(2.024)	7.544

11. Depósitos

Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pelo banQi junto a seus clientes, usuários do aplicativo banQi e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes, assim como valores transitórios das operações efetuadas pelos clientes.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos	50.058	29.329
Total	50.058	29.329



12. Relações interfinanceiras - obrigações

O banQi participa do arranjo de pagamento da Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda. ("Master"), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de débito com a bandeira. Nas transações de cartão pré-pago os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e, em contrapartida, a banQi se compromete a honrar os montantes com a Master em D+27 nacional e D+1 internacional, mediante liquidação de agenda.

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a pagar de cartões pré-pagos (i)	13.627	21.809
Outros	1.581	334
Obrigações com PIX - BTG Pactual	5.942	5.740
Total	21.150	27.883

(i) Refere-se a valores de liquidação de grade junto à Mastercard.

13. Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Contrato de Parceria – Mastercard (i)	65.000	55.886
Fornecedores diversos – nacional	23.996	13.072
Fornecedores diversos – exterior	982	16
Total:	89.978	68.974

(i) Programa de Incentivos para realizar a emissão, aumentar e intensificar a base de Cartões na modalidade pré-pago do CLIENTE, bem como o número de Transações e o volume financeiro (faturamento) gerado pelos Cartões Mastercard.

Aging – Fornecedores: Nacional e exterior	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	18.009	11.890
De 31 a 90 dias	6.969	1.198
Total:	24.978	13.088

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Férias e 13º Salário	5.202	2.721
Impostos sobre folha	1.817	974
Remuneração baseada em ações	156	105
Bônus (i)	-	6.968
Total:	7.175	10.768

(i) Para o exercício de 2022, a instituição não irá conceder aos seus colaboradores a participação nos lucros e resultados do exercício. Em 2021, foi concedido em caráter excepcional.

15. Impostos e contribuições a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sobre folha de pagamento	3.517	2.068
Imposto sobre serviços – ISS (i)	40	282
Tributos retidos na fonte sobre serviços terceiros	278	330
Outros	15	1
Total:	3.850	2.681

(i) Em 2022 realizamos o recolhimento referente LC 157/2016.



16. Provisão para demandas judiciais

O banQi, com base nas informações de seus assessores jurídicos, constituiu a provisão em dezembro de 2022 no montante de R\$ 178, considerando suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

Provisões	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	123	-
Cíveis	32	-
Total	155	-

Provisões	31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
CIVIL	-	- 99	67	- 32
TRABALHISTA	-	- 146	23	- 123
REGULATÓRIA	-	- 5	5	-
Total Geral	-	- 250	95	- 155

Existem processos cíveis classificados como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 175.

17. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas de acordo com condições negociadas entre o banQi e a Via, as quais são apresentadas de acordo com os custos e preços da prestação de serviços, conforme contratos firmados entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição apresentou os seguintes saldos de transações com partes relacionadas:

Passivo	Via S.A	
	31/12/2022	31/12/2021
Transações de Pagamento (i)	9.392	3.617
Adiantamento	4.370	5.000
Fornecedores	430	761
Total:	14.192	9.378

(i) Aumento no volume de transações de saque e CDC.

18. Capital Social

O capital social da Instituição é de R\$ 69.870, sendo dividido em 69.870 (sessenta e nove milhões, oitocentos e setenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios.

Nome dos sócios:	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
CarrierEQ Inq.	999.900	999.900	1,43%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	68.870.100	68.870.100	98,57%

A administração deliberou futuro aumento de capital, no montante de R\$ 396.600 a ser futuramente subscrito, aprovado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em janeiro.23.

A destinação de resultado previsto em contrato social poderão ser:

- a) distribuídos aos sócios, proporcionalmente ou não, à participação no capital social ou;
- (b) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados

Parágrafo Único - A critério dos sócios, a Instituição poderá levantar balanços intermediários para fins contábeis ou para distribuição antecipada de lucros.



Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em maio de 2022, a Via outorgou um novo plano de opção de compras de ações sendo destinadas ao banQi 782.8484 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Em dezembro de 2022 devido a novas entradas de beneficiários vinculados ao banQi, a Via outorgou mais 164.321 ações restritas para a Instituição. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Instituição até o término do vesting, previsto para o mês de maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

	<u>Data da outorga</u>	<u>Término da carência</u>
Opções de compra de ações	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	27/04/2021	26/04/2026
Ações restritas	10/05/2022	10/05/2027

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2021	Opções outorgadas em novos programas	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2022
Stock option	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 10,01	160.545	7.851	111.618	11.133	45.645
Restricted share	27/04/2021	27/04/2026	R\$ 0,01	160.545	7.851	122.751	-	45.645
Restricted share	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	-	898.569	133.446	5.182	759.941
Especial	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	-	48.600	-	-	48.600

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$1.396 (R\$613 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa ("Phantom Shares")

O programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Phantom Shares"), atualmente vigente no banQi é o Phantom Share com data de outorga na Instituição em setembro de 2020 e término de carência em agosto de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado no passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais é de R\$ 34 (R\$50 em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em virtude da queda registrada no valor da ação, foi reconhecido um estorno de provisão no montante de R\$35 (Despesa de R\$1 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).



19. Receita de intermediação financeira

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas por Serviços de Pagamento	16.079	57.268	21.455
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	38.687	42.598	1.868
Rendas com outros serviços	-	-	723
Total:	54.765	99.866	24.046

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de pagamentos	11.646	48.341	17.188
CDC- convertido	829	1.253	129
Shopping banQi	520	1.157	-
Interchange	1.270	2.991	-
ICDC em atraso	1.016	1.785	3.742
Outros	798	1.741	396
Outros serviços	-	-	723
Total de Rendas por serviços de pagamentos	16.079	57.268	22.178
CDB - Certificado de depósito bancário	784	2.951	1.868
Rendas de títulos compromissadas	2.774	3.102	-
Rendas de títulos públicos	1.412	1.793	-
FIDC – Valorização de cotas	33.717	34.752	-
Total de Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	38.687	42.598	1.868

20. Despesas com intermediação financeira

No curso do processo de geração de suas receitas, o banQi incorre em diversos custos envolvendo sua parceria operacional, tais como as tarifas cobradas pelas transações efetuadas através do pix, tarifas de emissão de boletos, custos de licença pagas a bandeira Mastercard entre outros. No semestre findo em 31 de dezembro de 2022, os principais custos estavam assim apresentados

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Manutenção de conta digital	12.750	26.819	8.751
Total	12.750	26.819	8.751

21. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Proventos e encargos sociais	43.441	79.299	51.348
Benefícios	2.640	4.731	2.443
Despesas com plano de ações	848	1.361	614
Total – Despesas Pessoal	46.929	85.391	54.405
Serviços técnicos, especializados e de terceiros (i)	23.472	30.320	24.707
Despesas com incentivos (ii)	6.487	11.755	23.684
Despesas com publicidade e propaganda (ii)	2.676	8.189	24.069
Depreciação e amortização	2.585	3.623	2.148
Despesas administrativas	581	1.800	1.829
Despesas com tributos	1.146	1.773	638
Aluguéis	332	658	374
Doações	50	50	-
Despesas com viagens eventos e locomoções	17	31	23
Total – Despesas Administrativas	37.346	58.199	77.472

(i) Aumento da contratação de desenvolvedores para novas funcionalidades no app banQi.

(ii) Mudança de premissas para concessão de incentivos e divulgação.



22. Impostos sobre os lucros

O banQi registrou até 31.12.2022 saldo de IRPJ e CSLL diferidos, não houve saldo corrente para estes impostos até o presente momento.

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido – IRPJ (i)	10.414	31.446	34.567
Ativo fiscal diferido – CSLL (ii)	3.749	11.317	30.613
Varição dos tributos diferidos ativos	14.163	42.763	65.180
IRPJ	-	-	(53)
CSLL	-	-	(21)
Total	14.163	42.763	65.106

(i) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Imposto de Renda sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias do exercício de 2022.

(ii) Saldo referente ao crédito tributário diferido de Contribuição Social sobre a base negativa e sobre as diferenças temporárias do exercício de 2022 a alíquota de 9%.

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes da tributação	(71.366)	(155.598)	(128.212)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	24.264	52.903	43.592
Despesas Diretoria	(536)	(536)	-
Perdão de mútuo	(10.004)	(10.004)	-
Outras diferenças permanentes	439	400	(508)
Reconhecimento de impostos diferidos decorrente de exercícios anteriores	-	-	22.022
Imposto de renda e contribuição social efetivos	14.163	42.763	65.106
Diferido reconhecido por meio do resultado	14.163	42.763	65.106
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	14.163	42.763	65.106

O banQi registrou saldo de créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias dado que as projeções do estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários demonstram que haverá lucro tributável suficiente nos anos subsequentes para consumir os créditos dentro do prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme plano de negócio da entidade.

Com base na resolução BCB nº15/2020 nos termos do Artigo 4º, § 2º, I da referida resolução, o banQi considerou que a Instituição está dispensada de apresentar lucro em períodos anteriores pois foi constituída a menos de 5 cinco anos –

Saldo em 31.12.2020	Reversão	Constituição	Saldo em 31.12.2021	Reversão	Constituição	Saldo em 31/12/2022
-	-	59.024	59.024	-	44.049	103.073
-	-	6.156	6.156	(1.286)	-	4.871
-	-	65.180	65.180	(1.286)	44.049	107.943

*O saldo relacionado às diferenças temporárias é composto por provisões judiciais, trabalhistas e de fornecedores.



Conforme consta no estudo técnico a expectativa de utilização do crédito relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social é demonstrada a seguir.

Realização do Diferido		
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
2024	4.352	1.567
2025	13.085	4.710
2026	25.872	9.314
2027	32.307	11.866
	75.616	27.457

O valor presente dos créditos tributários considerando o prazo de realização é de 60.877, conforme quadro a seguir.

Mês	Data	Valor	VP
24	dez-24	5.919	4.575
36	dez-25	17.795	12.091
48	dez-26	35.186	21.017
60	dez-27	44.173	23.194
		103.073	60.877

23. Pessoal Chave

A administração chave inclui diretores que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade. Em 31 de dezembro de 2022, o banQi manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 481 incluindo encargos sociais.

24 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 não houve resultado classificado como não recorrente.

25. Gestão de riscos

25.1 Gerenciamento de riscos

O banQi possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

25.2 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Importante reforçar que o banQi, como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, não realiza operações de crédito direto para seus usuários:

- Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação "AAA", ao menos "BB" ou superior. Com base na avaliação de risco do banQi, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.
- Investimentos financeiros: Se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.



- Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: A Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o arranjo de pagamentos, a Administração do banQi não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuírem como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

25.4 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do banQi incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.

O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas

As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.

Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o banQi não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.

A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro

25.5 Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.



25.6 Estrutura Governança de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do banQi é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Instituição, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos do banQi permeia a Instituição como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, a Administração do banQi adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- Terceira linha de defesa: composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do banQi é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à gestão de riscos e controles, com vistas a subsidiar a administração e controle da Instituição. Os principais comitês são:

- Comitê de Riscos; e
- Comitê de Ética e Compliance.

25.7 Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Instituição e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O banQi possui uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e eficácia dos controles. Essa estrutura também é responsável pela preparação e testes periódicos do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

26. Eventos subsequentes

O banQi Instituição de Pagamento Ltda, em 12 de janeiro de 2023, recebeu da controladora Lake Niassa o montante de R\$24.650 de Capital a realizar.

* * *